

Marco Antonio da Costa Sabino

Saúde & Judiciário

**A ATUAÇÃO JUDICIAL
LIMITES, EXCESSOS E REMÉDIOS**

Curitiba
Juruá Editora
2016

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| LISTA DE ABREVIATURAS | 23 |
| 1 INTRODUÇÃO | 25 |
| 2 A CRISE NAS FUNÇÕES POLÍTICAS DO ESTADO: O INTERVENZIONISMO JUDICIAL | 37 |
| 2.1 Situando a Doutrina dos Poderes do Estado. O Judiciário | 37 |
| 2.1.1 De Aristóteles e de Montesquieu | 37 |
| 2.1.2 Do outro lado do Atlântico: a Constituição como centro do poder | 41 |
| 2.1.3 O Judiciário segundo o modelo brasileiro. Constitucionalismo no Brasil..... | 45 |
| 2.2 O Alinhamento do Brasil com os Direitos Fundamentais Internacionais: o Estado Prestacional | 51 |
| 2.2.1 Direitos fundamentais e a dignidade da pessoa humana | 51 |
| 2.2.2 Direitos fundamentais a as ações políticas: políticas públicas..... | 57 |
| 2.3 O Orçamento Público | 63 |
| 2.3.1 Situando o orçamento: brevíssimo esboço histórico | 67 |
| 2.3.2 A Constituição e as leis orçamentárias brasileiras: o <i>orçamento-programa</i> | 70 |
| 2.3.3 Qual a base jurídica do orçamento da saúde? | 79 |
| 2.3.4 Ponderações introdutórias sobre a ingerência judicial nas contas públicas | 80 |
| 2.4 As Funções Políticas Estatais na Dotação dos Serviços e Produtos Públicos ou Quem Tem a Responsabilidade em Definir <i>A Priori</i> Políticas Públicas?..... | 85 |
| 2.4.1 Competência legislativa | 85 |
| 2.4.2 Planos, programas e o Executivo | 89 |

| | | |
|----------|--|------------|
| 2.5 | As Falhas dos Poderes Tradicionais no Exercício de Alocar Recursos e Políticas Públicas. O Papel Corretivo do Processo Civil | 95 |
| 2.5.1 | Majoritarismo | 96 |
| 2.5.2 | <i>Public Choice</i> | 108 |
| 2.5.3 | Intervenção e controle | 118 |
| 3 | OS EXCESSOS DA ATUAÇÃO JURISDICIONAL | 123 |
| 3.1 | Panorama Atual do Problema | 123 |
| 3.2 | Problemas e Dificuldades da Intervenção Judicial em Políticas Públicas | 126 |
| 3.2.1 | O orçamento e os custos dos direitos: o cobertor curto | 126 |
| 3.2.2 | A ausência de condições técnicas na alocação de recursos | 135 |
| 3.2.3 | Individualismo e justiça de misericórdia | 137 |
| 3.2.4 | Execução do julgado e dogmas do processo | 142 |
| 3.2.5 | Vantagens e desvantagens do Judiciário como arena pública .. | 148 |
| 4 | O CASO DA SAÚDE E OS LIMITES À ATUAÇÃO JUDICIAL | 151 |
| 4.1 | A Dispensação Judicial de Saúde | 152 |
| 4.1.1 | O arcabouço jurídico da saúde no Brasil | 154 |
| 4.1.1.1 | Constituição | 154 |
| 4.1.1.2 | O SUS e seus órgãos | 158 |
| 4.1.2 | Problemas na saúde | 161 |
| 4.1.3 | As decisões judiciais a respeito da saúde | 168 |
| 4.1.4 | O papel do Supremo Tribunal Federal | 180 |
| 4.2 | A Proposição dos Limites à Atuação Judicial no Trato de Políticas Públicas de Saúde | 184 |
| 4.2.1 | As peculiaridades do caso da saúde | 185 |
| 4.2.1.1 | A rede nacional que compõe o Sistema Único de Saúde: a descentralização unificada | 186 |
| 4.2.1.2 | A variedade de moléstias que acometem a população. Novas abordagens terapêuticas e outras variáveis | 189 |
| 4.2.1.3 | A particular forma de custeio de um bem universal como a saúde | 193 |
| 4.2.1.4 | O cunho humanitário do direito à saúde | 203 |

| | | |
|----------|---|------------|
| 4.2.2 | Reserva do financeiramente possível | 205 |
| 4.2.3 | Mínimo existencial..... | 229 |
| 4.2.4 | Razoabilidade..... | 240 |
| 4.2.5 | Informações sobre as ações da Administração | 246 |
| 4.2.6 | Registro prévio da terapia, equipamento de saúde ou medicamento | 253 |
| 4.2.7 | Contemplação de terapias e medicamentos incluídos nas listas | 258 |
| 5 | OS REMÉDIOS PARA A INTERVENÇÃO PATOLÓGICA DO JUDICIÁRIO | 265 |
| 5.1 | A Coletivização das Demandas e o Tratamento Uniforme | 268 |
| 5.1.1 | Universalização de direitos universais. A isonomia dos direitos sociais..... | 268 |
| 5.1.2 | As ações coletivas no trato da saúde | 283 |
| 5.1.3 | O caso piloto em demandas repetitivas | 299 |
| 5.1.4 | O incidente de coletivização | 309 |
| 5.1.5 | A expansão coletiva dos efeitos da decisão manifestada em ação puramente individual | 316 |
| 5.1.5.1 | Dogmas do processo: objeto do feito, limites e autoridade da coisa julgada..... | 317 |
| 5.1.5.2 | A expansão da autoridade da coisa julgada como medida de isonomia, remédio à patologia individual | 329 |
| 5.1.5.3 | Propostas de ferramental: como viabilizar, com razoável segurança, a expansão preconizada?..... | 339 |
| 5.1.6 | Formulação adequadamente ampla dos pedidos nas ações coletivas | 344 |
| 5.1.7 | O amplo debate entre os Poderes | 348 |
| 5.2 | A Formação Jurídica | 352 |
| 5.2.1 | O ensino de políticas públicas e Direito Sanitário como tema obrigatório em Direito Público..... | 353 |
| 5.2.2 | A inclusão dos temas nos concursos públicos e na preparação dos juízes | 357 |
| 5.3 | A Especialização dos Magistrados | 361 |
| 5.3.1 | A criação de juízos especializados | 361 |

| | | |
|--------------------------------|--|-----|
| 5.3.1.1 | O caso da Síndrome de Kanner | 362 |
| 5.3.1.2 | O caso da vacinação paranaense contra a gripe A..... | 370 |
| 5.3.1.3 | Conclusão que emerge da análise casuística: os juí- zos especializados | 375 |
| 5.4 | Estatísticas e as Informações | 380 |
| 5.4.1 | Os bancos de dados nacional, estaduais e regionais de pro- cessos, inquéritos civis e ajustamentos de conduta | 383 |
| 5.4.2 | O conhecimento do Judiciário a respeito das ações adminis- trativas. Atuações coordenadas | 387 |
| 5.5 | Experimentalismo e Gerência da Execução | 390 |
| 5.5.1 | Experimentalismo e a manobra para suavização do dogma dos limites objetivos da coisa julgada | 396 |
| 5.5.2 | O juiz como gerente da execução de medidas relacionadas a políticas públicas | 410 |
| CONCLUSÕES | | 421 |
| REFERÊNCIAS | | 431 |
| ÍNDICE ALFABÉTICO | | 459 |